

CONSTRUÇÃO DA DOCÊNCIA DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTA MARIA – RS

Gleice Nicola da Silva¹

Maria Cecília Camarço Günther²

Alessandra dos Santos Paim³

Resumo

O presente estudo busca compreender a construção da docência dos professores de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas públicas de Santa Maria (RS), contemplando ensino fundamental e médio da modalidade citada. Trata-se de um estudo exploratório e os instrumentos de pesquisa previstos são: análise de documentos e entrevistas. A revisão de literatura e documentos analisados até o presente momento nos possibilitou identificar os limites nas políticas públicas voltadas para essa modalidade de ensino, a complexidade que envolve a docência e a fragilidade na presença da educação física no currículo de EJA.

Palavras-chave: construção da docência; educação física; EJA

Abstract

This study seeks to understand the construction of the teaching of Physical Education in the youth and adult education in the public schools of Santa Maria (RS), covering elementary and secondary education level. This is an exploratory study and the research tools provided are: analysis of documents and interviews. This is an exploratory study and research tools provided are: analysis of documents and interviews. The review of literature and documents so far has allowed us to identify the limits on public policies for this type of teaching, the complexity involved in teaching and fragility in the presence of physical education in the curriculum of youth and adult education.

Keywords: Construction of Teaching, Physical Education, youth and adult Education

Resumen

Este estudio busca comprender la construcción de la enseñanza de los profesores de educación física en la Educación de Jóvenes y Adultos en las escuelas públicas de Santa Maria (RS), que abarca la enseñanza primaria y secundaria. Se trata de un estudio exploratorio y las herramientas de investigación son: análisis de documentos y entrevistas. La revisión de la literatura y los documentos revisados hasta ahora nos ha permitido identificar los límites en las políticas públicas para este tipo de enseñanza, la complejidad de la enseñanza y la fragilidad en la presencia de la educación física en el curriculum de la educación de jóvenes y adultos.

Palabras claves: construcción de la enseñanza, educación física, educación de jóvenes y adultos

¹ Acadêmica do Curso de Educação Física – Licenciatura do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Santa Maria (CEFD/UFSM) e bolsista FIPE.

² Docente do Curso de Educação Física – Licenciatura do CEFD/UFSM.

³ Acadêmica do Curso de Educação Física – Licenciatura do CEFD/UFSM.

INTRODUÇÃO

Este estudo visa compreender como acontece a construção da docência dos professores de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O objetivo é entender como os docentes elaboram seu trabalho para ministrarem aulas com as turmas de EJA. A pesquisa será realizada em escolas da rede estadual e municipal da cidade de Santa Maria (RS), abordando ensino fundamental e médio da referida modalidade de ensino. Será realizada a pesquisa de campo com as escolas em que as aulas de Educação Física (EF) com a EJA sejam ministradas de forma sistemática, e com os professores que demonstrarem interesse e disponibilidade de participação, além de atender a critérios de localização geográfica diversificada e características na constituição das escolas que possam assegurar uma representatividade tipológica. Trata-se de um estudo exploratório, de cunho qualitativo, que incluirá a análise de documentos e entrevistas com os professores de EF, além de uma revisão bibliográfica sobre o tema. Pretendemos, através desta pesquisa, tornar visível a trajetória dos profissionais no desenvolvimento de sua docência na EJA.

EJA – CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) cita a EJA no capítulo V como uma modalidade de ensino que deve ser oferecida, de forma gratuita, por todos os segmentos do ensino público assegurando, dessa forma, o direito à Educação àqueles cidadãos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos em idade regular. A oferta de EJA deve atender “às necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (Lei 9394/96, item VII do artigo 4º), indicando uma preocupação com as especificidades desse público. Contudo, a ausência de um sistema nacional de EJA, conforme Haddad (2007) acaba por provocar descontinuidade dos estudos entre os alunos que freqüentam as diversas etapas ofertadas pelas esferas de governo. Percebemos que, ao longo de sua existência, as políticas relacionadas à EJA apresentam mudanças significativas, mas ainda não atribuem a devida importância e sustentabilidade a essa modalidade de ensino.

Atualmente a EJA é uma modalidade de ensino que está inserida no desenvolvimento dos processos educativos, mas de formas diversas em sua organização. Como afirma Franco (2009) ao recorrermos às políticas públicas, no transcorrer da história, evidenciam-se ações governamentais de caráter assistencialistas, populistas e compensatórias, aliadas a programas e campanhas de governo.

Di Pierro (2001) afirma em seus estudos que foi no século passado, na década de 1940, que foram percebidas iniciativas políticas concretas de oferecer escolarização aos adultos das amplas camadas populares, excluídos da escola por diversos motivos.

Mas conforme Haddad (2007) foi a partir da Constituição de 1988, e reafirmado pela LDBEN de 96 que Jovens e Adultos tiveram garantido seu direito de escolarização, como dever de oferta obrigatória pelo Estado brasileiro. Contudo, não foi criada uma Política Nacional que atendesse o público de EJA de forma específica. O autor destaca ainda, em sua análise a partir de 1940, as dificuldades da efetivação eficiente de políticas relacionadas à EJA por parte das esferas de governo. Ocorrendo uma fragilidade na redistribuição dos recursos financeiros para a educação, os programas

implantados conduziram a uma priorização do ensino fundamental regular, deixando os outros setores da educação básica desamparados.

Mediante um descomprometimento da União teve início uma crescente municipalização na implantação de programas e projetos de EJA (BEISIEGEL, 1997; HADDAD, 2007; DI PIERRO, 2001). Apesar dos municípios não estarem preparados ou mesmo equipados o suficiente para assumirem as obrigações que lhe foram conferidas, muitos assumiram a EJA como um compromisso social, criando condições para que ela se desenvolvesse, ofertando formação continuada aos professores e incentivando à produção de material didático que correspondesse às especificidades de jovens e adultos (HADDAD, 2007; SOARES 2006).

Contudo Haddad (2009) reafirma que não se tem conseguido assegurar a universalização do ensino fundamental para jovens e adultos, sendo que as esferas de governo não conseguem oferecer uma qualidade efetiva de ensino e com isso há uma produção de educação insuficiente para quem permanece no sistema educacional, excluindo, dessa maneira, da escola um percentual significativo de pessoas sem completar sua escolaridade.

DOCÊNCIA, EF E EJA - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Molina (2010) descreve o exercício docente como sendo um processo de caráter profissional, social, pessoal, e também material. A autora afirma que a escola é o próprio contexto material, quando nos referimos à docência. Corroborando com essa idéia destaca que “cada unidade escolar tem vida própria” (p.79), e esta vem se organizando num cenário de micropolíticas, que sustentam e dão vitalidade a esses contextos materiais.

Entendemos, dessa maneira, que o trabalho docente caracteriza-se pelas relações interpessoais entre professores e alunos, nas quais implicam importantes funções aos docentes, como orientar, ensinar, preparar e ministrar aulas, assim como avaliar os educandos, não deixando de mencionar algumas tarefas administrativas que também lhe são conferidas. Além disso, a sociedade, de um modo geral, tem incumbido à escola atribuições que seriam de sua responsabilidade na formação de cidadãos.

Em face de um cenário complexo como se tornou a escola, os professores são forçados a administrarem inúmeros problemas que representam um acréscimo considerável das funções assumidas pelos professores dentro do seu campo de trabalho. Muitas vezes implicando numa exaustiva jornada de trabalho e insatisfação profissional (BOTH; NASCIMENTO 2009; MOLINA NETO, BOSSLE, WITTIZORECKI, 2010).

Desse modo, é necessária a elaboração de políticas educacionais que garantam melhores condições de trabalho aos professores, de maneira que haja uma maior motivação, evitando sentimentos de frustração e insegurança no ambiente de trabalho.

Em relação à Formação Docente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA foi estabelecido, no item VIII, que o preparo do profissional docente deve compreender, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, questões relativas às características diferenciadas desta modalidade de ensino. Ressaltando as especificidades dos sujeitos da EJA, referido documento recomenda que “... os docentes deverão se preparar e se qualificar para a constituição de projetos pedagógicos que considerem modelos apropriados a essas características e expectativas” (BRASIL, 2000).

Apesar de um relativo consenso, presente nas discussões teóricas e na legislação quanto à necessidade de qualificação específica para o professor da EJA, é recorrente,

ainda na atualidade, a ausência considerável de políticas específicas para a formação inicial e continuada, do profissional que trabalha com essa parcela da população. (SOARES 2006).

Outro aspecto a ser considerado em relação a essa modalidade de ensino são as novas formas de organização no mundo do trabalho. Não somente os professores como os alunos de EJA são influenciados pelas condições e mudanças do sistema trabalhista, pois nessa modalidade de ensino há um grande percentual de trabalhadores ou de seus filhos e também porque a legislação educacional deixa clara a relação de EJA ao trabalhador (LIRA, 2007). Com o advento das novas relações no mundo do trabalho, a educação dessa população passou a ser focada como estratégia e elemento de requalificação profissional (SOARES, 2006).

Contudo, fica visível que a escola é um meio, através do qual, jovens e adultos buscam inserir-se na sociedade e/ou no campo de trabalho. Considerando as especificidades do curso de EJA é importante que a organização do currículo de todas as disciplinas seja regida por princípios coerentes com a realidade e as reais necessidades dessa modalidade de ensino.

Em relação a prática da EF na EJA, ressaltamos a inadequação da redação dada ao artigo 26, parágrafo 3º da LDBEN modificado a partir da Lei federal nº 10.793 de 2003, apresentando a EF como possibilidade ampliada ao ensino noturno, porém sendo facultativa ao aluno nos seguintes casos:

- a) que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- b) maior de trinta anos de idade;
- c) que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigada a prática de educação física;
- d) amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044/69;
- e) que tenha prole. (BRASIL, 2003)

Essa leitura tem nos conduzido a interpretações equivocadas que culminam com a dispensa de estudantes que se enquadrem nas características acima.

Na revisão feita até o momento, identificamos artigos que discutem os mesmos aspectos legais citados acima e apresentam propostas alternativas a partir de políticas locais de ensino como os estudos de Lira (2007) que nos apresenta a proposta do estado de Sergipe, onde a EF na EJA é presencial e suas práticas são baseadas nas práticas corporais de movimento. Outra iniciativa relevante é de uma escola municipal de Belo Horizonte, que propõe a realização dos conteúdos da EF na EJA através de oficinas (CAMPOS E GOMES, 2005).

Destacamos na região Sul o exemplo de Porto Alegre, que estabelece carga horária igualitária para todas as áreas de conhecimento a partir do segundo segmento de EJA – Ensino Fundamental⁴.

Os exemplos citados atestam as diferentes possibilidades de organização curricular possíveis para essa modalidade de ensino que possam atender a demandas locais de ensino assegurando o tratamento pedagógico adequado e qualificado às diferentes áreas de conhecimento.

⁴ A proposta pedagógica de EJA da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre oferece exclusivamente o Ensino fundamental e se organiza em Totalidades de Ensino, num total de seis, sendo que as três primeiras são oferecidas com professora-referência e as três últimas com professores(as) especializados(as) das áreas de História, Geografia, Artes, Matemática, Educação Física, Língua Estrangeira, Português e Ciências Naturais.

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

As leituras e análises documentais realizadas até o momento nos mostram indicativos bastante claros da necessidade de políticas mais eficazes para EJA que, efetivamente, assegurem um ensino de qualidade para um significativo contingente da população brasileira que tem ficado à margem dos processos regulares de escolarização.

Em relação a educação física, nos parece faltar uma clareza sobre seu lugar no currículo de EJA e também um caminho a ser percorrido no sentido de que se estabeleça a relevância dos conhecimentos que integram esse componente curricular.

Acreditamos que o trabalho de campo nos apresente elementos que possam contribuir para a compreensão do processo de constituição da docência de EF na EJA. Desse modo, esperamos poder contribuir para os debates sobre o tema e para a qualificação das políticas públicas para essa modalidade de ensino.

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, C. de R. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos, 1996. Disponível em http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE04/RBDE04_04_CELSO_DE_RUI_BEISIEGEL.pdf acesso em 06/07/2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei N. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm acesso em 22/05/2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer N11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb011_00.pdf acesso em 23/05/2010.

BRASIL. Ministério da Educação – Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos. Proposta Curricular para o Segundo Segmento – Volume três (Matemática, Ciências Naturais, Artes e Educação Física). Brasília, 2002. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol3_edufisica.pdf acesso em 12/01/2010

BOTH, J.; NASCIMENTO, J.V. Intervenção Profissional na Educação Física Escolar: considerações sobre o trabalho docente. *Movimento*, Porto Alegre, v.15, n.02, p.169-186, 2009.

CAMPOS, J A.; GOMES, M. Lugar das práticas corporais na Educação de Jovens e Adultos. IN: CBCE, 15 [E] CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2, 2007, Recife. *Anais*. Recife: CBCE, 2007.

DI PIERRO, M. C. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas de educação de jovens e adultos, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022001000200009&script=sci_arttext acesso em 07/07/2010.

FRANCO, R.S.R. Educação de Jovens e Adultos e formação de professores: um olhar histórico sobre as políticas públicas ou ausência delas. Revista Extra-Classe, n.2, v.1, jan 2009. Disponível em <http://www.sinprominas.org.br/imagensDin/arquivos/661.pdf> acesso em 06/07/2010.

HADDAD, S. A ação dos governos locais na educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 35, p.197-211, mai/ago, 2007.

HADDAD, S. Educação de jovens e adultos: a dura realidade dos que querem estudar. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/analise/educacao-de-jovens-e-adultos-a-dura-realidade-dos-que-querem-estudar> acesso em 08/04/2010.

LIRA, N.J.P. A educação dos que vivem do trabalho...para além do capital. IN: CBCE, 15 [E] CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2, 2007, Recife. *Anais*. Recife: CBCE, 2007.

MOLINA NETO, V.; BOSSLE, F.; WITTIZORECKI, E. Formação de professores de Educação Física. Formação em educação física & ciências do esporte: políticas e cotidiano/ Dinah Vasconcellos Terra, Marcílio Souza Júnior – São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Goiânia, GO: CBCE, 2010.

MOLINA, R.K. Formação em Educação Física: políticas, ingerências e efeitos. Formação em educação física & ciências do esporte: políticas e cotidiano/ Dinah Vasconcellos Terra, Marcílio Souza Júnior – São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Goiânia, GO: CBCE, 2010.

SOARES, L. Aprendendo com a diferença – estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CONTATO:

Gleice Nicola da Silva
End. Rua Coronel Niederaur, 1445, apto 202
CEP - 97015-123
E-mail: gleicenicola@yahoo.com.br

Maria Cecília C. Günther
Rua das Congonhas, 80
CEP – 97105-050
E-mail: mceciliacg@yahoo.com.br